

Ata da 68ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em oito de outubro de 2013, com início às quatorze horas e trinta minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo Vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos Vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a sessão e, solicitou ao senhor Secretário que fizesse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Neste período foram lidas as seguintes matérias: Edital de convocação de audiência pública da Comissão de Segurança Pública e Trânsito. Emenda 02 de 2013 ao Projeto de Lei nº 141/2013. Requerimento nº 290/2013. Emenda 03 de 2013 ao Projeto de Lei 197/2013. Emenda 01 de 2013 ao Projeto de Lei 163/2013. Subemenda 01 (Modificativa) de 2013 a Emenda 04 do Projeto de Lei 136/2013. Emenda 02 de 2013 ao Projeto de Lei 136/2013. Emenda 03 (Supressiva) de 2013 ao Projeto de Lei 136/2013. Emenda 04 (Modificativa) de 2013 ao Projeto de Lei 136/2013. Emenda 02 de 2013 ao Projeto de Lei 197/2013. Parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação a Emenda 01 de 2013 ao Projeto de Lei 163/2013; bem como parecer favorável da mencionada Comissão aos seguintes: Projeto de Lei 136/2013, subemenda 01 (modificativa) de 2013 a emenda 04 do Projeto de Lei 136/2013; emenda 04 ao Projeto de Lei 136/2013; emenda 03 ao Projeto de Lei 136/2013; emenda 03 do Projeto de Lei 197/2013 e emenda 02 ao Projeto de Lei 136/2013. Ofício nº 071/2013 solicitando retirada da emenda 01 ao Projeto de Lei 197/2013. Parecer favorável da Comissão de Agricultura e Meio Ambiente ao Projeto de Lei 155/2013. Emenda 01 (Modificativa) ao Projeto de Lei 190/2013. Requerimentos: nº 286/2013, 287/2013 e 288/2013. Indicações: 1217, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1223, 1224, 1225, 1226, 1227, 1228, 1229, 1230, 1231, 1232, 1233, 1234, 1235, 1236, 1237, 1238, 1239, 1240, 1241, 1242, 1243, 1244, 1245, 1246, 1247, 1248, 1249, 1250, 1251, 1252, 1253/2013. Ofício solicitando o arquivamento da indicação nº 1237/2013. Ofício do SEAJUR requerendo dilação de prazo para o requerimento nº 250/2013. Ofícios do Gabinete do Prefeito Municipal de nº 429/2013, nº 430/2013 e nº 431/2013, solicitando urgência para os Projetos de lei nº 200/2013, 201/2013 e 203/2013, respectivamente. Ofício da TIM CT-DAR/077/2013 –BSB-CA em resposta aos requerimentos nº 206 e nº 207/2013. Inscritos para falar no grande expediente, os vereadores: Nei Hamilton Haveroth, Luiz Frare, Jorge Menegatti, Rui Capelão, Paulo Porto, Pedro Martendal e Romulo Quintino. Finda a leitura da matéria de expediente o Senhor Presidente deixou a palavra livre aos senhores Vereadores para **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**, quando não houve qualquer solicitação, neste particular. **ORDEM DO DIA** – Em única discussão e votação o pedido de urgência, através do ofício nº 429/2013 do Executivo Municipal para o Projeto de Lei nº 200/2013, o qual foi aprovado pela totalidade dos vereadores. Em única discussão e votação o pedido de urgência, efetuado pelo ofício nº 430/2013 do Executivo Municipal para o Projeto de Lei nº 201/2013 este também, aprovado por unanimidade. Em única discussão e votação o pedido de urgência, promovido pelo ofício nº 431/2013 do Executivo Municipal para o

Projeto de Lei nº 202/2013 igualmente aprovado pela totalidade dos vereadores. A despeito do pedido de urgência solicitado pelo executivo Municipal e aprovado por unanimidade, o presidente da Casa lembrou a existência de prazo regimental para apreciação dos projetos, fixado em 30 dias. Na oportunidade apontou a necessidade de definir estas votações e assim procedeu com base no art. 46, §3º do Regimento Interno. Ato contínuo determinou a discussão do Projeto 201/2013 para a próxima sessão, ao tempo que pré-fixou que o Projeto 202/2013 seria discutido nas sessões aprazadas para 21 e 22 do corrente, enquanto que o Projeto de Lei 200/2013 ficou para as sessões do dia 28 e 29 do mês em curso. Protestando por questão de ordem, o vereador Paulo Bebber sugeriu a realização de sessão extraordinária para que não houvesse prejuízo para as partes envolvidas. No uso da palavra o vereador Gugu Bueno solicitou a apreciação de todos os Projetos de Lei para no máximo até o dia 21 e 22 do corrente, em razão do fechamento da folha de pagamento. O vereador Jorge Bocasanta acompanhou o entendimento do presidente quanto à necessidade de votação em separado dos referidos Projetos de Lei, a fim de evitar problemas futuros. O vereador Marcos Rios pediu celeridade no parecer das comissões, a fim de não fosse inviabilizado o pagamento dos servidores. O vereador Jaime Vasatta insistiu na necessidade de apreciar todos os projetos, em menor tempo possível, após o parecer das respectivas Comissões, a fim de que não houvesse prejuízo para os servidores municipais, por mais um mês. O Presidente afirmou que a questão se arrastava desde o início do ano, pelo que o legislativo não poderia tomar para si a responsabilidade de votar de afogadilho os aludidos projetos, reiterando que o prazo seria o mais exíguo possível, porém com votação em separado e individualmente, a fim de atender os reclamos das partes e possibilitar inclusive, a elaboração de emendas se fossem necessárias. Na ocasião, o vereador Paulo Porto mencionou o provável consenso em dois dos três projetos apresentados pelo executivo municipal, lembrando que aquele referente aos cargos comissionados por ser o mais polêmico mereceria mais tempo para discussão. O vereador Rui Capelão ressaltou também, a importância de ouvir as bases, e de seguir o regulamento existente. Em aparte, o vereador Gugu alertou quanto ao cuidado indispensável para não criar obstáculo para o fechamento da folha de pagamento do mês dos servidores, ao tempo em que o presidente reiterou a importância de disciplinar a questão. Por sua vez, o vereador Luiz Frare sugeriu que os Projetos de Lei fossem submetidos a discussão e votação na sequência com que foram numerados pelo executivo. Na ocasião, o Presidente explicou que no seu entendimento o Projeto que tratava dos cargos comissionados não era o mais importante para os servidores efetivos; considerados, em tese, como os mais prejudicados. O vereador Romulo Quintino, afirmou que os servidores efetivos e comissionados são equivalentes em importância e, sugeriu que no prazo máximo de 22 do corrente, todos os Projetos de Lei fossem apreciados para permitir que o setor de Recursos Humanos efetuasse o pagamento da folha de pessoal em tempo hábil. Por último, o presidente deliberou por votar todos os anteprojetos em separado, num total de 06 sessões ordinárias e até extraordinárias, se fossem necessárias, mas criteriosamente. No tocante ao ofício 071/2013 pedindo a retirada da emenda 01 de 2013 ao Projeto de Lei 197/2013, este foi autorizado pelo presidente, com base no artigo 119. Quanto à emenda 02 de 2013 ao Projeto de Lei 197/2013, o vereador Vanderlei A. da Silva solicitou sua retirada, vez que

abarcada pela emenda 03. Considerando o consenso entre todos os proponentes, o Presidente autorizou esta retirada, com base no artigo 119, inciso VI. Em discussão a emenda 03 de 2013 ao anteprojeto 197/2013, esta foi aprovada pela totalidade dos vereadores. Em 2ª discussão procedeu-se a votação nominal ao Projeto de Lei nº 197/2013, o qual foi aprovado por unanimidade, a saber: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Na sequência em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 136/2013, com as emendas 02, 03 e 04, bem como a subemenda. O vereador Paulo Bebber usou a palavra para se manifestar sobre a emenda 02, mencionando a inclusão de prédios acima de 03 pisos, postos de gasolinas e depósitos de gás, os quais não constavam do projeto original. Em uso da palavra o vereador Rui Capelão pontuou que este projeto não deveria tramitar nesta Casa, conservando-se o anterior sobre a questão, já que a rede da Copel confere proteção suficiente nos locais ali especificados. No prosseguimento, o presidente transmitiu a palavra para o vereador Fernando Winter a fim de se manifestar sobre as emendas 03, 04, bem como sobre a subemenda. O vereador Fernando Winter argumentou que a emenda 03 era supressiva, porquanto retirava a palavra “bares”. Pontuou que; a emenda 04 foi substituída pela subemenda 01, incluindo aí igrejas pequenas de até 200 metros, sem condições financeiras de instalar para-raios. Em aparte, o vereador Paulo Bebber solicitou a correção da palavra grafada de churrasqueira para churrascaria na emenda 02. Em aparte, o vereador Jorge Menegatti reafirmou a disposição de votar favoravelmente em face das emendas realizadas, não opondo objeção as correções futuras, se assim fossem necessárias. Em aparte, o vereador Jorge Bocasanta expôs que a altura é mais relevante do que o tamanho da construção para atrair os raios, fazendo menção a teoria da Física sobre esta questão. Em aparte, o vereador Nei Haveroth explicou a preocupação com a retirada dos bares deste rol, porquanto aglomeram quantidade expressiva de pessoas. Usando a palavra o vereador Rui Capelão protestou contra a falta de clareza nos textos das emendas e afirmou que no seu entendimento a subemenda também, não traz a segurança necessária. Na sequência o presidente submeteu a votação nominal a emenda 2 ao Projeto 136/2013, que foi aprovada por 19 votos favoráveis e 01 contrário, sendo favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini, sendo contrário o vereador Rui Capelão. Submetida a votação a emenda 3 de 2013, esta foi aprovada por 19 votos favoráveis e 01 contrário, de modo similar a emenda 4 de 2013 também aprovada com 19 votos favoráveis e 01 contrário. No prosseguimento a subemenda 01 de 2013 ao projeto de lei 136/2013 foi aprovada por 18 votos favoráveis e 02 contrários, a saber o dos vereadores: Jorge Bocasanta e Rui Capelão, enquanto que favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Robertinho

Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Em 2ª discussão o Projeto de lei 136/2013, o vereador Paulo Bebber pediu para retificar o termo churrasqueira para churrascaria na redação final. Na sequência o presidente determinou a votação nominal do aludido projeto de lei, pelo senhor secretário, que foi aprovado por 19 votos favoráveis e 01 contrário, sendo favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini e contrário o vereador Rui Capelão. No tocante a emenda proposta pelo vereador Nei Haveroth ao anteprojeto de Lei 163/2013 esta obteve parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação. O vereador Nei Haveroth pediu voto contrário ao parecer exarado e explicou que a emenda contemplava as modificações sugeridas pela audiência pública sobre o tema. Em aparte, o vereador Paulo Porto pediu esclarecimento quanto às alterações promovidas, ao que o vereador Nei Haveroth explicou que a palavra “parecer” dos feirantes foi substituída pela palavra “anuência” dos feirantes, a outra era de natureza ortográfica e por último o numeral 3 (três) precisava constar corretamente “três” . Acolhendo o pedido do senhor secretário foi submetida a votação nominal o parecer contrário da CJR a emenda 01 de 2013 ao Projeto de Lei 163/2013, que foi rejeitado por 16 votos contrários e 04 favoráveis, sendo contrário os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Marcos Rios, Rui Capelão e Walmir Severgnini e favoráveis os seguintes vereadores: João Paulo de Lima, Pedro Martendal, Romulo Quintino e Vanderlei A. da Silva. Em discussão a emenda 01 ao Anteprojeto 163/2013 esta foi aprovada pela totalidade dos vereadores. Em 2ª discussão e votação nominal o Projeto de Lei 163/2013, foi aprovado por unanimidade, a saber:: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Haveroth, Paulo Bebber, Paulo Porto, Marcos Rios, Pedro Martendal, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 174/2013, este também, foi aprovado pela totalidade dos vereadores. Em 1ª discussão o Projeto de Lei 141/2013 recebeu parecer contrário da Comissão de Economia e Finanças. Usando da palavra o vereador Jorge Menegatti explicou que a rubrica estava incorreta, de modo que protocolizou emenda 2 , sanando o problema, e ato contínuo pediu voto contrário ao parecer da mencionada Comissão. O vereador Claudio Gaitero protestando por questão de ordem, solicitou que o parecer fosse votado deixando a emenda para a próxima sessão. No uso da palavra, o vereador Gugu Bueno solicitou vista do referido projeto, e logo após retirou o pedido. Em aparte, o vereador João Paulo questionou a possibilidade da Comissão de Finanças exarar parecer no ato, vez tratar-se de mera correção, sendo que o vereador Claudio Gaitero se posicionou contrário a este pedido. O vereador Rui Capelão sugeriu que o proponente efetuassem a retirada do projeto, enquanto que o presidente sugeriu que o vereador Jorge Menegatti

realizasse a leitura da emenda protocolizada. Na ocasião, o vereador Claudio Gaiteiro mencionou que a rubrica não constava do PPA, podendo ser vetada no futuro pelo executivo, a despeito de ser excelente o projeto, ressaltou também, que não se pode fugir ao princípio da legalidade. Por derradeiro, o vereador Jorge Menegatti optou por retirar a emenda, advertindo que se as informações que lhe foram repassadas não estivessem corretas passaria a questionar as orientações fornecidas pelos advogados, vez que a matéria foi discutida com o Jurídico desta Casa de Leis. No ato, o Presidente solicitou ao diretor legislativo a elaboração de ofício em auxílio ao vereador Jorge Menegatti com base no artigo 122 e, na sequência submeteu ao plenário o pedido de retirada do projeto 141/2013 que foi aprovada pela totalidade dos vereadores. Considerando a existência de consenso quanto aos requerimentos nº 286, 287 e 288/2013, estes após a sua leitura foram aprovados pela totalidade. Quanto ao ofício da SEAJUR 432/2013, solicitando dilação de prazo para resposta ao requerimento nº 250/2013, este foi aprovado pela totalidade dos vereadores. Finda à ordem do dia o senhor Presidente abriu a palavra para pronunciamento de interesse público, cuja primeira inscrição foi a do vereador Nei Haveroth que parabenizou o Corpo de Bombeiros pelos 101 anos de sua existência, destacando a importância dos 26 anos que ali prestou serviço. Mencionou audiência pública sobre drogas e o encaminhamento de algumas solicitações ao Governo do Estado em apoio ao PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, agradecendo a atuação da equipe que realiza este trabalho. Em aparte, o vereador Pedro Martendal lembrou que investir no PROERD é economizar nos gastos com saúde e segurança. Em aparte, o vereador Fernando Winter lembrou a atenção que o assunto merece, já que de cada cinco famílias uma encontra-se envolvida com o uso de drogas, reiterando a preocupação com a prevenção e ressaltando a contribuição do PROERD. Em seguida, o Presidente passou a palavra para o próximo inscrito vereador Luiz Frare, que mencionou que mesmo integrando a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, teve projetos de sua autoria com parecer contrário, lembrando que nem tudo que se deseja é possível concretizar. Na sequência, afirmou que o governo federal deixou de repassar nos últimos 5 anos, em média 20% dos recursos devidos do FPM- Fundo de Participação Municipal, dentre as diversas consequências isto acarretou aquisição tardia de netbooks, por parte do município, gerando perda tanto no prisma econômico quanto educacional, já que os educandos ficaram sem esta importante ferramenta. Em aparte, o vereador Pedro Martendal louvou a atuação sempre independente da Câmara Municipal de Cascavel. No prosseguimento, o presidente passou a palavra para o vereador Jorge Menegatti, que abriu mão da mesma. Na sequência usou da palavra o vereador Rui Capelão, que reafirmou o seu papel enquanto representante do povo e a sua independência nas votações, sempre amparada no livre convencimento. Acrescentou que não deseja perceber como retaliação os vetos efetuados pelo executivo aos seus projetos, contudo protestou por melhores critérios. O vereador Paulo Porto abriu mão da palavra. Na condição de próximo inscrito, o vereador Pedro Martendal, mencionou a comemoração nesta data, do “Dia do Nascituro”, promovendo exibição de vídeo sobre o tema. Citou ordenamento jurídico como garantidor deste direito desde o ato da concepção. Em aparte, o vereador Fernando Winter, mencionou a Caminhada pela Vida, destacando a inexistência de conotação partidária ou religiosa, ao tempo em mencionou

a consagração da inviolabilidade do direitos a vida. Na condição de último inscrito, o vereador Romulo Quintino efetuou convite aos vereadores, comunidade em geral e a todos os presentes para audiência pública versando sobre a Casa de Passagem. O presidente encerrou a presente sessão ordinária. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi lavrar por mim, Marina Toledo, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO

Presidente

GUGU BUENO

1º Secretário